



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <https://www.cmm.pr.gov.br>

PROJETO DE LEI Nº 17355/2025

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de informações em braille sobre produtos expostos em estabelecimentos comerciais, bem como da disponibilização de atendimento especializado para pessoas com deficiência visual.

Art. 1.º Os supermercados, hipermercados e estabelecimentos comerciais similares deverão afixar informações em braille sobre os produtos expostos nas gôndolas, bem como disponibilizar, em horário de funcionamento, pelo menos um funcionário capacitado para prestar atendimento e acompanhamento adequado às pessoas com deficiência visual (cegueira ou baixa visão).

§ 1.º Nas etiquetas a serem impressas em braille deverão constar informações relativas aos diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, preço e tributos incidentes, além de informações acerca dos eventuais riscos à saúde que os produtos possam apresentar.

§ 2.º Os estabelecimentos elencados no *caput* deste artigo que dispõem de aplicativos ou plataformas digitais para atendimento ao público em geral deverão adaptá-los para atendimento às pessoas com deficiência visual, seja a cegueira ou a baixa visão, de forma que esses dispositivos sejam acessíveis.

Art. 2.º As etiquetas em braille contendo as informações sobre os produtos e seus respectivos preços deverão estar fixadas em local de fácil identificação e acesso para a pessoa com deficiência visual.

Art. 3.º Ao disponibilizar um funcionário, este deverá ser devidamente capacitado para acompanhar a pessoa com deficiência visual total ou parcial durante sua permanência no estabelecimento.

Parágrafo único. Para a capacitação de que trata o *caput* deste artigo, os estabelecimentos de que trata esta Lei poderão solicitar o apoio de entidades que representam e dão suporte às pessoas com deficiência visual em Maringá, tal como a Associação das Pessoas com Deficiência Visual de Maringá - ADEVIMAR.

Art. 4.º Os estabelecimentos comerciais terão um prazo de 12 (doze) meses, a partir da data da entrada em vigor desta Lei, para se adequarem às disposições nela contidas.

Art. 5.º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às sanções previstas na Lei Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, além das sanções administrativas aplicáveis, impostas pelo Poder Executivo.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 28 de março de 2025.

JEREMIAS
Vereador-Autor



Documento assinado eletronicamente por **Geremias Vicente da Silva, Vereador**, em 03/04/2025, às 09:31, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0381613** e o código CRC **BCAA7C66**.
